

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	31
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	33
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	34
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	848.000.000
Preferenciais	0
Total	848.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.953.811	1.932.836
1.01	Ativo Circulante	58.606	48.026
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.971	20.791
1.01.02	Aplicações Financeiras	23.422	11.838
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	23.422	11.838
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	5.796	11.838
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	17.626	0
1.01.03	Contas a Receber	13.256	12.670
1.01.03.01	Clientes	13.256	12.670
1.01.03.01.01	Contas a Receber	12.887	12.658
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	369	12
1.01.06	Tributos a Recuperar	855	774
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.650	1.248
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	452	705
1.01.08.03	Outros	452	705
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedores	8	500
1.01.08.03.02	Outros Créditos	444	205
1.02	Ativo Não Circulante	1.895.205	1.884.810
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	399	355
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	399	355
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais e Outros	382	339
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	17	16
1.02.03	Imobilizado	105.245	109.292
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	97.994	102.580
1.02.03.02	Direito de Uso em Andamento	37	0
1.02.03.02.01	Direito de Uso em Arrendamento	37	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.214	6.712
1.02.04	Intangível	1.789.561	1.775.163
1.02.04.01	Intangíveis	1.789.561	1.775.163
1.02.04.01.02	Intangível	1.487.846	1.493.388
1.02.04.01.03	Intangível em construção	301.715	281.775

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.953.811	1.932.836
2.01	Passivo Circulante	48.354	34.576
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.860	10.727
2.01.01.01	Obrigações Sociais	945	1.220
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.915	9.507
2.01.02	Fornecedores	13.964	15.223
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.951	15.128
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	13	95
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.648	2.754
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.241	1.154
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.241	1.154
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.407	1.600
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	1.407	1.600
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.602	977
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	12.602	977
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	12.602	977
2.01.05	Outras Obrigações	7.280	4.895
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	978	718
2.01.05.02	Outros	6.302	4.177
2.01.05.02.04	Dividendo a Pagar	3.302	3.302
2.01.05.02.05	Outras Obrigações com o Poder Concedente	841	841
2.01.05.02.07	Outras obrigações	2.122	34
2.01.05.02.09	Arrendamento Mercantil	37	0
2.02	Passivo Não Circulante	973.114	966.749
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	837.094	845.843
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	837.094	845.843
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	837.094	845.843
2.02.03	Tributos Diferidos	30.466	29.935
2.02.04	Provisões	105.554	90.971
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	960	98
2.02.04.02	Outras Provisões	104.594	90.873
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	104.594	90.873
2.03	Patrimônio Líquido	932.343	931.511
2.03.01	Capital Social Realizado	848.000	848.000
2.03.04	Reservas de Lucros	83.511	83.511
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	832	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	69.534	119.116
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-57.542	-95.441
3.02.01	Custo de Construção	-1.315	-52.107
3.02.02	Serviços	-14.692	-8.027
3.02.04	Depreciação e Amortização	-9.972	-7.523
3.02.05	Custo com Pessoal	-8.461	-8.915
3.02.06	Provisão de Manutenção	-11.984	-6.216
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-5.952	-4.093
3.02.08	Outros	-5.166	-8.560
3.03	Resultado Bruto	11.992	23.675
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.760	-7.451
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.968	-7.499
3.04.02.01	Serviços	-3.168	-2.870
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-1.972	-1.634
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-1.919	-2.426
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-181	-144
3.04.02.05	Campanhas Publicitárias e Eventos, Feiras e Informativos	-70	-34
3.04.02.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-862	16
3.04.02.07	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-199	-199
3.04.02.08	Contribuições a Sindicatos e Associação de Classe	-119	-67
3.04.02.09	Gastos com Viagens e Estadias	-64	-49
3.04.02.10	Outros	-414	-92
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	279	82
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-71	-34
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.232	16.224
3.06	Resultado Financeiro	-1.869	-1.403
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.363	14.821
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-531	-5.094
3.08.01	Corrente	0	-375
3.08.02	Diferido	-531	-4.719
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	832	9.727
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	832	9.727
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00098	0,01232
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00098	0,01232

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	832	9.727
4.03	Resultado Abrangente do Período	832	9.727

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.582	36.385
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	28.368	31.483
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	832	9.727
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	531	4.719
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	11.944	9.157
6.01.01.04	Baixa do ativo Imobilizado e Intangível	72	35
6.01.01.05	Juros e Variação Monetária sobre Financiamentos	19.292	18.588
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-18.927	-17.963
6.01.01.12	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	11.984	6.216
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	1.737	1.199
6.01.01.14	Constituição e Reversão de Provisão para Riscos Cíveis	1.050	99
6.01.01.15	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	-146	-294
6.01.01.16	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	-1	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-786	4.902
6.01.02.01	Contas a Receber	-83	86
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-357	40
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-82	-77
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	492	0
6.01.02.07	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	-2.684	-3.120
6.01.02.08	Fornecedores	-1.258	6.226
6.01.02.09	Fornecedores - Partes Relacionadas	260	54
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	-106	238
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	-16
6.01.02.15	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.133	1.164
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	2.087	422
6.01.02.17	Pagamento da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-188	-115
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.650	-74.387
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-1.331	-863
6.02.02	Adições do Ativo Intangível	-2.061	-53.134
6.02.10	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgate	6.042	-20.390
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-34.052	6.330
6.03.01	Integralização de Capital	0	23.000
6.03.02	Resgastes / Aplicações (Conta Reserva)	-17.626	0
6.03.06	Financiamento e Arrendamento Mercantil (Pagamento Juros)	-16.416	-16.670
6.03.07	Arrendamento Mercantil (Pagamento de principal e Juros)	-10	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.820	-31.672
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.791	50.058
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.971	18.386

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	848.000	0	83.511	0	0	931.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	848.000	0	83.511	0	0	931.511
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	832	0	832
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	832	0	832
5.07	Saldos Finais	848.000	0	83.511	832	0	932.343

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	806.000	-23.000	63.103	0	0	846.103
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	806.000	-23.000	63.103	0	0	846.103
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	23.000	0	0	0	23.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.727	0	9.727
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.727	0	9.727
5.07	Saldos Finais	806.000	0	63.103	9.727	0	878.830

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	95.083	143.729
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	76.010	125.472
7.01.02	Outras Receitas	18.927	17.963
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	146	294
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-43.925	-82.499
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.380	-20.426
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.246	-3.750
7.02.04	Outros	-13.299	-58.323
7.02.04.01	Custo de Construção	-1.315	-52.107
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-11.984	-6.216
7.03	Valor Adicionado Bruto	51.158	61.230
7.04	Retenções	-11.944	-9.157
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.944	-9.157
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	39.214	52.073
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	389	639
7.06.02	Receitas Financeiras	389	639
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	39.603	52.712
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	39.603	52.712
7.08.01	Pessoal	9.058	9.701
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.162	6.469
7.08.01.02	Benefícios	2.378	2.555
7.08.01.03	F.G.T.S.	389	485
7.08.01.04	Outros	129	192
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.550	13.290
7.08.02.01	Federais	4.624	9.442
7.08.02.02	Estaduais	158	174
7.08.02.03	Municipais	3.768	3.674
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.163	19.994
7.08.03.01	Juros	21.139	19.969
7.08.03.02	Aluguéis	24	25
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	832	9.727
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	832	9.727

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL MSVIA

Janeiro a Março/2019

As informações financeiras intermediárias abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T18.

1.1 - Principais destaques

No 1º trimestre de 2019, a Companhia continuou executando obras de restauração e recuperação da rodovia, bem como algumas obras de melhoria da BR 163/MS, nos trechos permitidos pela Licença de Instalação nº 1.083/2015, cuja titularidade foi transferida em maio de 2016 pelo IBAMA.

1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita bruta [R\$ mil]	1ºT19	1ºT18	Var.%
Receita de pedágio	72.932	71.755	1,6%
Receitas acessórias	1.763	1.610	9,5%
Receita de construção	1.315	52.107	-97,5%
Receita bruta total	76.010	125.472	-39,4%
Deduções	(6.476)	(6.356)	1,9%
Receita líquida total	69.534	119.116	-41,6%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Receita de pedágio: A receita teve um aumento de 1,6% no 1T19 com relação ao 1T18 devido ao reajuste da tarifa em setembro de 2018.

Receitas acessórias: O aumento de 9,5% no 1T19 em comparação com o 1T18 é devido a celebração de novos contratos de utilização da faixa de domínio.

Receita de construção: No 1T19 a Companhia reduziu o fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	1ºT19	1ºT18	Var.%
Custo de construção	1.315	52.107	-97,5%
Provisão de manutenção	11.984	6.216	92,8%
Depreciação e amortização	11.944	9.157	30,4%
Custos contratuais	4.087	4.037	1,2%
Serviços de terceiros	17.860	10.897	63,9%
Custo com pessoal	10.380	11.341	-8,5%
Materiais, gastos gerais e outros	8.940	9.185	-2,7%
Custos e despesas totais	66.510	102.940	-35,4%

Os custos e as despesas totais reduziram 35,4% no 1T19 em relação ao 1T18, alcançando o valor de R\$ 66.510 mil, em função da redução do fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

Custo de construção: No 1T19 a Companhia reduziu o fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

Provisão de manutenção: A provisão de manutenção sofreu um aumento de 92,8% no 1T19, refletindo os ciclos de manutenção programada da companhia.

Depreciação e amortização: No 1T19 ocorreram as amortizações dos investimentos realizados em 2017 e 2018, tais como: trechos da duplicação, implantação de fibra óptica e equipamentos de monitoração da rodovia, o que causou aumento de 30,4% em depreciação e amortização.

Custos contratuais: Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*All Risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

Serviços de terceiros: Este grupo se refere aos itens de prestadores de serviços, referentes principalmente aos serviços de conservação de rotina, manutenção de equipamentos e sistemas e consultorias. O aumento de 63,9% do valor no 1T19 em relação ao 1T18 ocorreu devido aos serviços de conservação do pavimento.

Materiais, gastos gerais e outros: Os custos com os materiais e gastos gerais da Companhia tiveram redução de 2,7% devido a economia com os gastos com veículos.

Comentário do Desempenho

EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	1ºT19	1ºT18	Var. %
Lucro Líquido	832	9.727	-91,4%
(+) IR/CS	531	5.094	-89,6%
(+) Resultado Financeiro	1.869	1.403	33,2%
(+) Depreciação e amortização	11.944	9.157	30,4%
EBITDA (a)	15.176	25.381	-40,2%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>21,83%</i>	<i>21,31%</i>	<i>1 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	1ºT19	1ºT18	Var. %
Lucro Líquido	832	9.727	-91,4%
(+) IR/CS	531	5.094	-89,6%
(+) Resultado financeiro	1.869	1.403	33,2%
EBIT (a)	3.232	16.224	-80,1%
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>4,65%</i>	<i>13,62%</i>	<i>-9 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM n°. 527/2012.

Resultado financeiro líquido

	1ºT19	1ºT18	Var. %
Despesas financeiras	(2.258)	(2.042)	10,6%
Juros sobre financiamentos	(17.205)	(17.064)	0,8%
Variação monetária sobre empréstimos	(2.087)	(1.524)	36,9%
Capitalização de custo dos empréstimos	18.927	17.963	5,4%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.893)	(1.417)	33,6%
Receitas financeiras	389	639	-39,1%
Rendimento sobre aplicações financeiras	364	625	-41,8%
Juros e outras receitas financeiras	25	14	78,6%
Resultado financeiro líquido	(1.869)	(1.403)	33,2%

2. Investimentos

A Companhia continua de forma moderada com os investimentos da BR-163/MS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

Obras em andamento durante o 1º. Trimestre de 2019:

- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO
 - Implantação e recuperação de elementos de proteção e segurança;
 - Restauração do pavimento nos 845,4 km da BR-163/MS.

- AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO

Comentário do Desempenho

- Duplicação dos seguintes trechos:

Km 23,150 ao km 28,530

Km 95,520 ao km 104,500

Km 369,000 ao km 374,000

Km 374,000 ao km 380,000

Km 502,160 ao km 511,650

Km 607,300 ao km 610,000

Km 626,210 ao km 628,460

Km 647,120 ao km 650,300

Km 688,170 ao km 693,355

Km 840,567 ao Km 845,340

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

A Concessionária desenvolve campanhas educativas de segurança viária desde 2014, além de ações específicas em feriados prolongados, realiza a conservação, recuperação e manutenção periódica de todo o conjunto de sinalização (vertical, de solo e aérea), do pavimento com operações de tapa buraco e execução de panos, além da manutenção do canteiro central e lateral. O SAU (Sistema de Atendimento ao Usuário) tem papel fundamental nas campanhas de segurança viária, pois abrange os serviços de socorro médico, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio, serviço de 0800 e de inspeção do tráfego. Os usuários também acabam recebendo mensagens de segurança todos os dias através dos Painéis de Mensagens Variáveis (fixos e móveis), além das orientações dadas pelos arrecadadores das praças de pedágio durante o pagamento da tarifa. Entretanto os acidentes e vítimas apresentaram os seguintes resultados

Total de Acidentes (CCR MSVia)	1ºT19	1ºT18	Var. %
Acidentes c/ mortos	8	6	33%
Mortos	10	6	67%

4. Considerações finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2019

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

a) Constituição e objeto:

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens veiculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos.

Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16 de julho de 2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução nº 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei nº 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Notas Explicativas

Em maio de 2016, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de nº 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km de duplicação, totalizando 87 km que foram concluído em junho de 2017.

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.183 de 12 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2017, foram aplicados o 2º reajuste ordinário e o 4º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.414 de 11 de setembro de 2017, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2018, foram aplicados o 3º reajuste ordinário e o 5º reajuste extraordinário conforme deliberação nº 700 de 13 de setembro de 2018, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

b) Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

i. Suspensão da cobrança de pedágio

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso do Sul - OAB/MS ajuizou tutela cautelar antecipatória, processo nº 0004181-71.2017.403.6000, em face da MSVia, ANTT e União Federal, alegando o descumprimento do Contrato de Concessão por parte da MSVia e pleiteando a suspensão da cobrança de pedágio.

Na audiência de 20 de junho de 2017, o juiz determinou que a ANTT se manifestasse sobre o pedido de revisão contratual efetuado pela MSVia.

Em 09 de outubro 2017, a ANTT apresentou petição informando que as obras de duplicação da rodovia foram retomadas pela MSVia, de modo que tornou -se desnecessário o pedido de revisão contratual. Em 26 de outubro de 2017, a MSVia apresentou sua manifestação, concordando com a ANTT e requerendo a extinção do processo.

Em 24 de novembro de 2017, a União apresentou petição reiterando o seu pedido de exclusão da lide. A OAB/MS apresentou petição requerendo nova audiência de conciliação e que

Notas Explicativas

fossem julgados procedentes os pedidos. Após, a ANTT também se manifestou requerendo a extinção da ação, por falta de interesse processual da OAB/MS, tendo em vista que restou demonstrado que a MSVia já havia retomado as obras de duplicação da rodovia. Em 19 de abril de 2018, foi proferido despacho determinando a manifestação das partes sobre a perda superveniente do interesse processual alegada na manifestação da ANTT. Em 23 de abril de 2018, a MSVia apresentou petição concordando com a manifestação da ANTT, bem como requerendo a extinção do processo. Em 26 de abril de 2018, a OAB/MS requereu prazo adicional para se manifestar sobre as petições da ANTT e da MSVia, que solicitaram a extinção do feito e, na sequência, apresentou petição requerendo a rejeição dos pedidos de extinção do feito e reforçando o seu pedido de concessão da tutela de urgência.

Em 24 de setembro de 2018, foi proferida decisão indeferindo a antecipação de tutela requerida pela OAB/MS.

Foi determinada, ainda, a citação das rés e a exclusão da União do polo passivo da ação.

A OAB/MS requereu a dilação de prazo para apresentar o pedido principal, que foi deferido em despacho publicado em 14 de março de 2019.

Em 02 de abril foi proferida sentença extinguindo o feito sem resolução do mérito. Aguarda-se a publicação da decisão.

ii. Revisão contratual extraordinária

Em 06 de abril de 2017, a Companhia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à Companhia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impediam a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Em 03 de janeiro 2018, a ANTT encaminhou à Companhia ofício comunicando a rejeição do pleito de revisão das condições do Contrato de Concessão, sob o fundamento de que os eventos narrados pela Companhia seriam riscos que teriam sido, no Contrato de Concessão, alocados à Companhia.

Dessa forma, não restou outra opção à Companhia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União, para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a Companhia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do Contrato de Concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do Contrato de Concessão.

Em 28 de maio de 2018, o juiz proferiu decisão determinando que a ANTT se abstenha, até deliberação posterior, de aplicar qualquer tipo de penalidade contra a Companhia. Após a citação da ANTT e da União, as mesmas contestaram a ação e, posteriormente, a Companhia apresentou sua manifestação em 04 de julho de 2018.

Em 17 de outubro de 2018, foi realizada audiência de conciliação na qual as partes acordaram de suspender o processo por 90 dias, para que sejam realizadas tratativas administrativas, a fim de concretizar um possível acordo.

A Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As informações financeiras intermediárias da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes

Notas Explicativas

processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações intermediárias.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 14 de maio de 2019, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

3. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2019, do Pronunciamento CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos.

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial foi concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como a substituição da despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização linear de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia aplicou a IFRS 16 inicialmente usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 foi reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O efeito da adoção inicial do IFRS 16 foi de R\$ 27 na rubrica Arrendamento mercantil, no passivo, sendo R\$ 27 no circulante, tendo como contrapartida a rubrica Arrendamento mercantil no ativo.

A Companhia não é obrigado a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Notas Explicativas

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos	11.325	11.517
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>5.646</u>	<u>9.274</u>
	<u>16.971</u>	<u>20.791</u>
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>5.796</u>	<u>11.838</u>
	<u>5.796</u>	<u>11.838</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas a taxa média de 98,65% do CDI, equivalente a 6,43% ao ano (99,27% do CDI, equivalente a 6,34% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

7. Contas a receber

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	2.035	2.155
Pedágio eletrônico (b)	<u>10.858</u>	<u>10.655</u>
	<u>12.893</u>	<u>12.810</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(6)</u>	<u>(152)</u>
	<u>12.887</u>	<u>12.658</u>

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Crédito a vencer	12.774	12.658
Créditos vencidos até 60 dias	113	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	1
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>6</u>	<u>151</u>
	<u>12.893</u>	<u>12.810</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;

Notas Explicativas

- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para a Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.363	14.821
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(463)	(5.039)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	-	40
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(53)	(87)
Despesas indedutíveis	(12)	(14)
Outros ajustes tributários	<u>(3)</u>	<u>6</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(531)</u>	<u>(5.094)</u>
Impostos correntes	-	(375)
Impostos diferidos	<u>(531)</u>	<u>(4.719)</u>
	<u>(531)</u>	<u>(5.094)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>38,96%</u>	<u>34,37%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Saldo em 31/03/2019				
	31/12/2018	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.264	259	1.523	1.523	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	485	(50)	435	435	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	33	293	326	326	-
Provisão de manutenção	30.896	4.666	35.562	35.562	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(65.348)	(3.067)	(68.415)	13.135	(81.550)
Outros	2.735	(2.632)	103	103	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(29.935)	(531)	(30.466)	51.084	(81.550)
Compensação de imposto	-	-	-	(51.084)	51.084
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>(29.935)</u>	<u>(531)</u>	<u>(30.466)</u>	<u>-</u>	<u>(30.466)</u>

	Saldo em 31/03/2018				
	31/12/2017	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.522	317	1.839	1.839	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	535	(100)	435	435	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	9	(6)	3	3	-
Provisão de manutenção	10.473	2.520	12.993	12.993	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(34.718)	(7.461)	(42.179)	15.597	(57.776)
Outros	-	11	11	11	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(22.179)	(4.719)	(26.898)	30.878	(57.776)
Compensação de imposto	-	-	-	(30.878)	30.878
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>(22.179)</u>	<u>(4.719)</u>	<u>(26.898)</u>	<u>-</u>	<u>(26.898)</u>

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	31/03/2019		
	Transações	Saldos	
		Ativo	Passivo
	Serviços Prestados	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora			
CCR	908 (a)	-	284 (a)
CPC	1.426 (b)	-	446 (b)
Outras partes relacionadas			
SPVias	-	81 (c)	11 (c)
CCR ViaSul	-	283 (c)	200 (c)
Lam Vias	-	5 (c)	37 (c)
Total circulante, 31 de março de 2019		<u>369</u>	<u>978</u>
Total, 31 de março de 2019	<u>2.334</u>	<u>369</u>	<u>978</u>

	31/03/2018		31/12/2018	
	Transações		Saldos	
			Ativo	Passivo
	Serviços Prestados	Intangível	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	877 (a)	-	7 (c)	274 (a)
CPC	1.265 (b)	111 (b)	1 (c)	444 (b)
Outras partes relacionadas				
Intercement Brasil S.A	-	80 (d)	-	-
RodoNorte	-	-	3 (c)	-
Renovias	-	-	1 (c)	-
Total circulante			<u>12</u>	<u>718</u>
Total	<u>2.142</u>	<u>191</u>	<u>12</u>	<u>718</u>

Despesas com profissionais chaves da administração

	31/03/2019	31/03/2018
Remuneração (e):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	229	645
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	211	347
Previdência privada	9	4
Seguro de vida	1	1
	<u>450</u>	<u>997</u>

Notas Explicativas

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remuneração dos administradores (e)	1.667	1.560

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 6.900, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao faturamento;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na BR-163/MS, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor; e
- (e) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/03/2019</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Móveis e utensílios	1.398	-	(4)	6	1.400
Máquinas e equipamentos	80.834	-	(97)	359	81.096
Veículos	21.008	-	(372)	-	20.636
Instalações e edificações	296	-	-	-	296
Terrenos	828	-	-	-	828
Sistemas operacionais	53.559	-	-	138	53.697
Imobilizações em andamento	6.712	1.486	-	(984)	7.214
	<u>164.635</u>	<u>1.486</u>	<u>(473)</u>	<u>(481)</u>	<u>165.167</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 155 no trimestre findo em 31 de março de 2019 (R\$ 509 no trimestre findo em 31 de março de 2018). A taxa média de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018 foi de 0,66% a.m. e de 0,65% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamento).

Notas Explicativas**Movimentação da depreciação**

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2018	31/03/2019		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	
Móveis e utensílios	10	(375)	(37)	1	(411)
Máquinas e equipamentos	13	(22.139)	(2.840)	49	(24.930)
Veículos	33	(18.079)	(688)	351	(18.416)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	(296)
Sistemas operacionais	11	(14.454)	(1.452)	-	(15.906)
		<u>(55.343)</u>	<u>(5.017)</u>	<u>401</u>	<u>(59.959)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Ativo 100% depreciado.

11. Intangível**Movimentação do custo**

	31/12/2018	31/03/2019		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Transferências	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.531.800	-	893	1.532.693
Direitos de uso de sistemas informatizados (a)	9.241	-	481	9.722
Intangível	<u>1.541.041</u>	<u>-</u>	<u>1.374</u>	<u>1.542.415</u>
Intangível em construção	<u>281.775</u>	<u>20.833</u>	<u>(893)</u>	<u>301.715</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 18.772 no trimestre findo em 31 de março de 2019 (R\$ 17.454 no trimestre findo em 31 de março de 2018). A taxa média de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018 foi de 0,66% a.m. e 0,65% a.m., respectivamente, (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos).

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2018	31/03/2019	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(42.872)	(6.443)	(49.315)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(4.781)	(473)	(5.254)
		<u>(47.653)</u>	<u>(6.916)</u>	<u>(54.569)</u>

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Fornecedores

	31/03/2019	31/12/2018
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	13.951	15.128
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	13	95
	<u>13.964</u>	<u>15.223</u>

(a) Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

Notas Explicativas**13. Obrigações sociais e trabalhistas**

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
INSS sobre folha de pagamento	568	589
IRRF de empregados	151	286
FGTS	133	202
Sesi/Senai	93	143
Salários a pagar	1.220	1.336
Provisão para participação nos resultados	5.956	4.965
Provisão para Férias	2.303	2.312
Provisão para 13º Salário	401	-
Outas obrigações trabalhistas	1.035	894
	<u>11.860</u>	<u>10.727</u>

14. Financiamentos

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais (% a.a)</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)</u>	<u>Custos de transação incorridos</u>	<u>Saldos dos custos a apropriar em 31/03/2019</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Em moeda nacional							
BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338% (a)	17.013	13.705	Março de 2039	669.926	667.680 (b) (c)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918% (a)	2.598	2.158	Março de 2039	127.848	127.420 (b) (c)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844% (a)	2.671	2.227	Março de 2039	51.922	51.720 (b) (c)
Total geral				<u>18.090</u>		<u>849.696</u>	<u>846.820</u>
Circulante							
Financiamentos						14.222	2.586
Custos de transação						<u>(1.620)</u>	<u>(1.609)</u>
						<u>12.602</u>	<u>977</u>
Não Circulante							
Financiamentos						853.564	862.735
Custos de transação						<u>(16.470)</u>	<u>(16.892)</u>
						<u>837.094</u>	<u>845.843</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora CCR S.A.
(c) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2019</u>
2020	33.693
2021	44.923
2022	44.923
2023 em diante	730.025
	<u>853.564</u>

Notas Explicativas

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste trimestre findo em 31 de março de 2019, não ocorreu nenhuma operação.

Para maiores detalhes sobre os demais financiamentos, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciários.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2018		31/03/2019		
Não circulante	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Total
Cíveis	78	137	(14)	(113)	88
Trabalhistas	20	927	-	(75)	872
Total	98	1.064	(14)	(188)	960

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	31/03/2019	31/12/2018
Cíveis e administrativos	535	1.005
Trabalhistas e previdenciárias	493	370
	1.028	1.375

16. Provisão de manutenção

	31/12/2018		31/03/2019	
	Saldo inicial	Constituição/reversão de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Saldo final
Não circulante	90.873	11.984	1.737	104.594

A taxa atualizada para o cálculo presente é de 7,54% a.a. (7,54% a.a para 2018)

Notas Explicativas

17. Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 848.000, composto por 848.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

b. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Numerador		
Lucro líquido do período	832	9.727
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>848.000</u>	<u>789.644</u>
Lucro por ação - básico e diluído	0,00098	0,01232

18. Receitas

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receitas de pedágio	72.932	71.755
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.315	52.107
Receitas acessórias	<u>1.763</u>	<u>1.610</u>
Receita bruta	<u>76.010</u>	<u>125.472</u>
Impostos sobre receitas	(6.467)	(6.346)
Devoluções e abatimentos	<u>(9)</u>	<u>(10)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(6.476)</u>	<u>(6.356)</u>
Receita líquida	<u><u>69.534</u></u>	<u><u>119.116</u></u>

Notas Explicativas**19. Resultado Financeiro**

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(17.205)	(17.064)
Variação monetária sobre financiamentos	(2.087)	(1.524)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.737)	(1.199)
Capitalização de custos dos financiamentos	18.927	17.963
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(156)	(218)
	<u>(2.258)</u>	<u>(2.042)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	364	625
Variações cambiais s/fornecedores estrangeiros	1	-
Juros e outras receitas financeiras	24	14
	<u>389</u>	<u>639</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.869)</u>	<u>(1.403)</u>

20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31/03/2019</u>			<u>31/12/2018</u>		
	Valor justo através do resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixas e bancos	11.325	-	-	11.517	-	-
Aplicações financeiras	11.442	-	-	21.112	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	17.626	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	12.887	-	-	12.658	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	369	-	-	12	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(849.696)	-	-	(846.820)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(16.086)	-	-	(15.257)
Arrendamento Mercantil	-	-	(37)	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(978)	-	-	(718)
Dividendos a pagar	-	-	(3.302)	-	-	(3.302)
Obrigações com poder concedente	-	-	(841)	-	-	(841)
Total	<u>40.393</u>	<u>13.256</u>	<u>(870.940)</u>	<u>32.629</u>	<u>12.670</u>	<u>(866.938)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros, foi determinado conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas – conta reserva –** Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, dividendos a pagar -** Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente -** Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos e obrigações com o poder concedente equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	29.068	21.112

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ^{(5) e (6)}	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	TJLP ⁽³⁾	Março de 2039	683.629	(57.447)	(68.340)	(79.236)
CEF (REPASSE BNDES)	TJLP ⁽³⁾	Março de 2039	54.149	(4.550)	(5.413)	(6.276)
CEF (FINISA)	TJLP ⁽³⁾	Março de 2039	130.006	(10.925)	(12.996)	(15.068)
Aplicação financeira (Menkar II) (4) (7)	CDI ⁽²⁾		6.009	381	476	572
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	CDI ⁽²⁾		13.753	861	1.076	1.291
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	CDI ⁽²⁾		2.819	177	221	265
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	CDI ⁽²⁾		1.057	66	83	99
Aplicação financeira (CDB) (4) (7)	CDI ⁽²⁾		5.430	355	443	532
				<u>(71.082)</u>	<u>(84.450)</u>	<u>(97.821)</u>

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	6,40%	8,00%	9,60%
TJLP ⁽³⁾	6,26%	7,83%	9,39%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (3) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/03/2019, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se à taxa de 31/03/2019, divulgada pela BNDES;
- (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/03/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP); e
- (7) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

Compromissos relativos a concessão

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Compromisso de investimento	<u>4.473.334</u>	<u>4.535.658</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

Notas Explicativas

22. Demonstração do fluxo de caixa

- a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Financiamento</u>	<u>Aplicações financeiras</u>	<u>Arrendamento mercantil</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(846.820)	-	-	(846.820)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamentos de principal e juros	16.416	-	10	16.426
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	17.626	-	17.626
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	16.416	17.626	10	34.052
Outras variações				
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06	-	-	27	27
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(19.292)	-	-	(19.292)
Total das outras variações	(19.292)	-	27	(19.265)
Saldo Final	<u>(849.696)</u>	<u>17.626</u>	<u>37</u>	<u>(832.033)</u>

23. Evento subsequente

Em 09 de abril de 2019, foi integralizado o aumento de capital no valor de R\$ 23 milhões, com a emissão de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Aos Acionistas e Administradores da,

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Campo Grande - MS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1 às informações contábeis intermediárias, que descreve que após a Companhia não ter obtido sucesso nas tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a revisão das condições do contrato de concessão, ingressou em maio de 2018 com demanda judicial requerendo que seja, preliminarmente, autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos, que nenhuma penalidade seja imputada à Companhia pela ANTT e, que a ANTT seja condenada a revisar o Contrato de Concessão, ou na inadmissibilidade de tal revisão, que o contrato seja rescindo. A ação judicial está consubstanciada no entendimento da Administração de que houve modificação substancial das bases da contratação, que impedem a Companhia a dar a continuidade nos serviços nos moldes originalmente contratados. O juiz proferiu decisão determinando que a ANTT não aplique qualquer tipo de penalidade contra a Companhia, estando o processo em fase de instrução. Com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia avalia que o desfecho do mérito será favorável. Nossa conclusão não está ressalvada em relação esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2019.

Campo Grande/MS, 14 de maio de 2019.

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SAMI FARAH JUNIOR

DIRETOR OPERACIONAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2019.

Campo Grande/MS, 14 de maio de 2019.

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SAMI FARAH JUNIOR

DIRETOR OPERACIONAL